

construção de uma identidade nacional é um processo complexo e contínuo, que envolve a negociação de diferentes interesses e visões de mundo. No contexto do Império, a construção de uma identidade nacional é marcada por traumas e memórias que moldam a consciência coletiva. A história, a memória e a identidade nacional são elementos fundamentais para compreender o processo de construção de uma nação.

No contexto do Império, a construção de uma identidade nacional é marcada por traumas e memórias que moldam a consciência coletiva. A história, a memória e a identidade nacional são elementos fundamentais para compreender o processo de construção de uma nação. A história é a narrativa que nos permite entender o passado e o presente, enquanto a memória é a capacidade de recordar e interpretar os eventos do passado. A identidade nacional é o sentimento de pertencimento a uma comunidade e a uma cultura comuns.

Traumas do Império.

História, Memória e Identidade Nacional

Valentim Alexandre

Instituto de Ciências Sociais, Lisboa

Traumas do Império. História, Memória e Identidade Nacional.

No presente texto, procura-se avaliar o peso de alguns dos principais traumas que marcaram a história imperial portuguesa na formação da memória colectiva, na construção da narrativa identitária nacional. Como pontos de referência, tomámos sucessivamente o desastre de Alcácer-Quibir, a desagregação do império luso-brasileiro, o ultimatum inglês de 1890 e a descolonização final (com as fortes resistências que encontrou). Nas conclusões, tenta-se caracterizar a memória colectiva formada a partir desses traumas - vendo-se nela uma memória ferida ou mesmo doente, por incapaz de efectuar o correspondente trabalho de luto. Finalmente, faz-se uma breve alusão à relação entre memória e historiografia, sopesando-se a capacidade desta última para alterar o carácter bipolar da narrativa identitária portuguesa, sempre oscilante entre a depressão e a euforia.

The traumas of Empire, History, memory and National Identity.

In this paper we try to evaluate the weight of some of the most important traumas that shaped the Portuguese imperial history in the formation of collective memory and in the construction of the national identity narrative. As reference points, we took successively the disaster of Alcácer-Quibir, the desegregation of the Portuguese-Brazilian empire, the English ultimatum of 1890 and the final decolonisation (with the strong resistances it aroused). In the conclusions, the paper attempts to characterise the collective memory shaped by those traumas - seeing in it a wounded memory or a sick memory, not capable of making the correspondent mooring work. Finally, one makes a brief allusion to the relation between memory and historiography, evaluating the latter's capacity to transform the bipolar character of the Portuguese identity narrative, always balancing between depression and euphoria.

É corrente, na historiografia, distinguir três sistemas coloniais, no longo percurso da expansão ultramarina portuguesa: o império do Oriente, o império do Brasil e o império africano. No essencial, a distinção é justa: para além de se situarem em épocas diversas, cada um desses sistemas tem a sua lógica própria, nomeadamente no campo económico, e diferentes influências na evolução da vida da metrópole. Mas há também entre eles elementos de continuidade, não apenas pela existência de territórios comuns, como também porque vão contribuindo sucessivamente para a formação de uma tradição imperial.

No presente texto, é este o tópico que nos interessa. Tomaremos como pontos de referência alguns dos principais traumas que marcaram a história colonial portuguesa – desde Alcácer-Quibir ao Estado Novo e à descolonização final, passando pelo desmembramento do império luso-brasileiro e pelo *ultimatum* britânico de 1890. O nosso objectivo último – aqui apenas esboçado – será o de considerar o peso desses traumas na memória colectiva, na construção da narrativa identitária da nação portuguesa.

O Desastre de Alcácer-Quibir

O desastre de Alcácer-Quibir, a 4 de Agosto de 1578, teve repercussões profundas em Portugal. No terreno da batalha, ficavam, entre mortos e cativos, membros de quase todas as famílias nobres do reino, para além de cerca de dez mil soldados portugueses, recrutados por todo o país. Não surpreende, por isso, que os primeiros rumores sobre a derrota, em meados do mês, e, a 21, a sua notícia certa, tenham suscitado em Portugal um movimento de «pânico colectivo»¹, de que nos dá conta, entre outros, o testemunho muito sugestivo de Ieronimo de Franchi de Connestagio²:

«A cidade de Lisboa, como todas as restantes, estava em grande alvoroço, por se saber que tinha chegado correio com novas que tinham perturbado os Governadores, sem se saber contudo do que se tratava: ver juntar todos os dias o Conselho, reter as cartas [...] deixava todo o reino suspenso de algum mau sucesso. Não havia ninguém em Lisboa que não tivesse interesse nessa guerra: os que não tinham lá o filho tinham o pai, ou o marido, ou o irmão; os negociantes e os artesãos que lá não tinham parentes, e muitos deles tinham-nos efectivamente, tinham lá pelo menos o seu dinheiro, que, em parte para ganhar, em parte por não ter podido evitá-lo, haviam emprestado aos nobres e soldados. Razão por que a tristeza era de facto geral; todos pareciam adivinhar terem perdido as pessoas e os bens que tinham em África; e, ainda

¹ A expressão é de Diogo Ramada CURTO, «O Bastião! O Bastião! (Actos políticos e modalidades de crença, 1578-1603)», in Yvette Kace CENTENO (coord.), *Portugal: Mitos Revisitados*, Edições Salamandra, Lisboa, 1993, p. 142.

² Citado por Lucette VALENSI, *Fábulas da Memória – A gloriosa batalha dos três reis*, Edições Asa, Porto-Lisboa, 1996, pp. 27-28.

que não estivessem já seguros disso, ouviam-se no entanto queixas súbitas. [...] Esta última dor universal, que, agravada pela incerteza da notícia, não fazia senão crescer, explodiu em choros e queixas. Não é possível dizer até que ponto tudo estava triste, tudo cheio de gemidos, como todos estavam carregados de luto. Era coisa lamentável ouvir as mulheres, que, as mais nobres em suas casas, de onde provinha o ruído, e as outras nas ruas, erguiam até aos céus choros e gritos, redobrando neles de cada vez que a notícia, por qualquer novo aviso, era confirmada».

Na sua condição de legado a latere, o cardeal D. Henrique ordenou que «em todas as cidades e vilas do reino se fizessem três procissões gerais, para rogar a Deus que aplacasse a sua ira [...]. Muitas damas da nobreza reuniam-se nas igrejas; outras andavam em grupo pelas ruas, seguidas pelas suas criadas e escravas [...]»³. Não se sabia ao certo quem tinha morrido ou ficado cativo, em breve circulando longas listas, manuscritas ou impressas, dos cavaleiros desaparecidos. A incerteza incitava, não apenas às práticas religiosas (procissões e romarias), mas também às de magia e feitiçaria – ao recurso a bruxas e adivinhadores supostamente capazes de conhecer a sorte dos desaparecidos no desastre do Norte de África⁴.

Segundo Diogo Ramada Curto, «testemunhos específicos e denúncias gerais dão a entender que são esses agentes, entre os quais se destaca uma população feminina, e tais práticas que começaram por sustentar uma crença sebastianista. No seu interior, dois aspectos vão a par: por um lado, a crença segundo a qual o rei D. Sebastião estava vivo, por outro, as expectativas alimentadas sobretudo pelas mulheres relativamente aos seus familiares mais próximos, os soldados desaparecidos»⁵. «Das bruxas às romarias, às práticas mágicas e religiosas organizam um primeiro universo de crenças no reino desaparecido, mas que se julga vivo. Neste rei morto-vivo, projectam-se as expectativas de familiares relativamente aos soldados considerados nas mesmas situações. Deste modo uma primeira entrada nas crenças sebastianistas permitiu isolar uma leitura da cultura política popular, fundada nos mesmos termos da religiosidade popular»⁶.

No entanto, ainda segundo Ramada Curto, seria preciso «interrogar as certezas quanto ao carácter substantivo destas categorias e atender, sobretudo, à “polifonia de culturas” que estas mesmas categorias escondem»⁷. Questionável seria também o paradigma mais corrente na interpretação do sebastianismo, a partir dos episódios dos falsos D. Sebastião ocorridos de 1584 a 1603, que neles vê a prova de uma «determinada visão do mundo, um tipo de cultura ou uma mentalidade». Vários temas se configurariam, no quadro desse paradigma. Um deles diz respeito à «caracterização social do sebastianismo», dando à «gente comum», ao «povo», um «lugar de destaque», embora se refiram também outros grupos (ordens religiosas, cristãos-novos). O sebastianismo apresentar-se-ia «não só como uma crença, protagonizada pelas camadas populares, mas ainda como uma forma de resistência», que conheceria, «por sua vez, diferentes tonalidades, desde a evasão

³ Idem, *ibidem*, pp. 10-11.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 139-140.

⁵ Diogo Ramada Curto, *op. cit.*, pp. 141-142.

⁶ Idem, *ibidem*, pp. 142 e 143-144.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 144, citando Alphonse Dupront.

frente às realidades, com base na efabulação, à oposição activa contra as autoridades do Estado». Um outro tema corresponderia «à própria disponibilidade para crer, protagonizada pelos portugueses e, mais concretamente, pelas camadas populares». Nesta perspectiva, a «disponibilidade para acreditar no fabuloso, patenteada pelo sebastianismo, tem sido utilizada para definir parcialmente o sentimento nacional [...]»⁸.

Pondo em causa este paradigma, Ramada Curto sugere um outro, segundo o qual «existem diferentes modalidades de crença em cada um dos episódios» dos falsos reis, que «não se esgotam, nem tão pouco permitem inferir a existência de uma relação directa» entre estes últimos «e a crença em que D. Sebastião se encontrava vivo.[...] Mais do que através da crença na vida de D. Sebastião, o seu reconhecimento, circunscrito a uma região, terá de ser analisado em função de outras práticas e representações, tais como as que envolvem o carisma de certos eremitas [...] as atitudes frente à morte associadas à crença nos fantasmas ou nos diabos que andam à solta, o poder fundado num pacto celebrado com o demónio, e, ainda, as festas, mais concretamente, de S. João e dos Imperadores do Espírito Santo».

Tais práticas e representações deveriam ser consideradas como «expressão de interesses sociais cruzados», e não como «indicadores de uma cultura popular»⁹.

A mudança de paradigma traz também consigo «uma reflexão diferente sobre as práticas políticas de resistência» – sublinhando, por um lado, o «carácter localizado» dos episódios dos falsos reis, supondo a existência de pequenos grupos, cujas relações são atravessadas por formas diferentes de conflitualidade, com destaque para as mais atomizadas; e, por outro lado, a «própria fragilidade do poder ou dos poderes, frente aos quais se organiza a resistência»¹⁰.

Por fim, estaria igualmente em causa a relação correntemente estabelecida entre sebastianismo e «sentimento nacional» – não apenas em consequência das análises anteriores, mas também pela introdução de uma «reflexão comparativa», a dois níveis: em primeiro lugar, constatando a existência de falsos reis noutras regiões da Europa, o que «conduz a uma relativização da especificidade nacional desse objecto»; em segundo lugar, tomando como «padrão outras séries de práticas e de representações» (as «grandes concentrações de grupos, tais como as procissões, as paradas e os bandos de famélicos, geralmente em êxodo rural»; e «as séries de práticas políticas e de criação intelectual, em particular nos géneros épico e histórico, que organizam os sistemas de classificação dos actos e das representações através dos quais a nação se identifica») – o que «permitiria “ultrapassar as leituras que tendem a pensar o quadro dos sentimentos nacionais, sem atender às diferentes modalidades de crença, e, sobretudo, à sua actualização conflitual»¹¹.

No âmbito do nosso texto, é este último ponto, relativo ao «sentimento nacional», que mais de perto nos interessa – chamando a atenção para o anacronismo das interpretações do sebastianismo como expressão da «alma nacional» ou «feição inseparável

⁸ Idem, *ibidem*, pp. 165-166.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 167.

¹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 169-170.

¹¹ Idem, *ibidem*, pp. 170-171.

da alma portuguesa»¹², dominantes em todo o século XX¹³. Na perspectiva que adoptamos, o sebastianismo é relevante, não como a emanção de uma suposta essência de Portugal, ou sequer como uma característica específica e marcante, mas como um discurso trabalhado, ao longo dos tempos, pelas elites intelectuais e políticas que foram elaborando as narrativas sobre a identidade nacional.

No imediato, durante a dominação filipina, os textos de raiz sebastianista permitem pensar o desastre de Alcácer-Quibir – porventura o primeiro que afectou todo o reino, como tal, tendendo a fundi-lo na mesma dor – como um simples parêntesis na história do reino, pela reformulação da lenda do milagre de Ourique: segundo as versões da época¹⁴, a D. Afonso Henriques fora feita a promessa divina, não apenas da vitória na batalha, mas também de sucessivos triunfos dos seus descendentes, com uma interrupção à décima sexta geração (a que corresponderia o reinado de D. Sebastião), após a qual o reino recuperaria os favores celestes¹⁵. Assim se retomava o tema do carácter providencial do reino português, incumbido de uma missão divina, que terá na teoria do Vº Império, por altura da Restauração, o seu ponto culminante, nomeadamente na obra do padre António Vieira¹⁶.

A narrativa sobre a identidade de Portugal começava a tomar a sua forma bipolar, fundada na tensão entre a queda nos abismos e a salvação mirífica.

A Descolonização do Brasil

Durante longo tempo – e, segundo cremos, ainda hoje – a versão dominante da história de Portugal desdramatizou a descolonização do Brasil, que teria acedido à independência com a anuência da antiga metrópole, por uma via natural e quase consensual. A ênfase é toda posta, quanto ao primeiro quartel de Oitocentos, nas invasões francesas, suposta origem dos males de que o reino padecerá nas décadas seguintes, pelas destruições que teriam causado.

Noutra perspectiva, a importância das invasões estará no facto de ter desencadeado o processo que conduziu ao desmembramento do império, iniciado com a retirada da Corte para o Rio de Janeiro, em finais de Novembro de 1807 – à qual se seguiu, dois meses depois, a abertura dos portos do Brasil, pondo fim ao exclusivo mercantil de Portugal na colónia americana. O tratado de 1810 com a Inglaterra veio impedir qualquer veleidade de retorno à situação anterior. Os efeitos da nova situa-

¹² Expressões de Oliveira Martins e de Lúcio de Azevedo, respectivamente, citados in Joel SERRÃO, *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1969, pp. 9-10 e 11.

¹³ E ainda influente na obra citada (a outros títulos interessante) de Valensi, que apenas substitui a explicação de fundo étnico de Oliveira Martins por uma interpretação de raiz freudiana.

¹⁴ Nomeadamente, na obra de D. João de Castro: cf. VALENSI, *op. cit.*, pp. 179-180.

¹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 178-181.

¹⁶ Cf. Luiz Filipe F. F. THOMAZ e Jorge Santos ALVES, «Da Cruzada ao Quinto Império», in Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (orgs.), *A Memória da Nação*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1991, pp. 100-109.

ção sobre a economia portuguesa foram profundos: a abolição do exclusivo levou, em duas décadas, à perda quase total (cerca de 90%) da função de entreposto assegurada pela antiga metrópole e à quebra drástica da exportação de produtos industriais do reino para o Brasil¹⁷.

Por outro lado, a permanência da Corte no Rio, mesmo depois de feita a paz na Europa, e a elevação do Brasil a reino, em 1815, tiveram como consequência a relegação de Portugal para a periferia do império, privando-o do «poder de definir as prioridades e linhas de rumo de todo o sistema» luso-brasileiro¹⁸.

Logo após a ida do rei para o continente americano, dera-se um último e fugaz surto do sebastianismo (sustentado ainda nas profecias de Bandarra e nas do Preto do Japão), cujos adeptos José Agostinho de Macedo verberou como «*maus portugueses*», por incitarem a uma atitude passiva perante o invasor. Tudo não passou de vagas especulações, de escassa repercussão; e, em 1813, foi internado como louco um indivíduo que vagueava pelas ruas de Lisboa, dizendo-se enviado de D. Sebastião: chamavam-lhe «*o último sebastianista*»¹⁹.

Mas o mal-estar provocado pela situação subordinada de Portugal exprimiu-se também por outras formas e por outras vias: nos jornais publicados no exílio, nomeadamente em Londres, eram frequentes as referências à ausência do soberano, que retirava aos Portugueses a «*natural protecção do rei*», fazendo deles «*órfãos*». «*Berço da monarquia*», o «*nobilíssimo reino de Portugal*» ficava «*posto no humilde, injurioso e incómodo estado de colónia*»²⁰. Este sentimento de perda foi ainda reforçado, na segunda metade da década de 1810-1820, por aquilo a que noutro lugar chamámos a «*opção americana*» da Corte do Rio, ou seja, «*uma política centrada na defesa dos interesses especificamente brasileiros*» (em particular, a expansão territorial na zona platina e a preservação do tráfico de escravos a sul do equador). Correram mesmo rumores de que D. João VI estava disposto a ceder o reino português à Espanha, em troca de território no continente americano²¹.

A conjuntura de crise então vivida, muito profunda, nos planos político, económico e social, trouxe à tona o tema da decadência de Portugal, num debate que pouco eco teve na historiografia, decerto por se desenrolar na imprensa, menos visível e mais difícil de pesquisar do que as publicações sob a forma de livro. O tópico não era novo: tivera um largo curso durante os séculos XVII e XVIII²²; mas, a exemplo do que acontecera noutros momentos conturbados, ganha agora um novo fôlego. Como era de regra no tratamento do tema, os textos deste período contrapõem uma idade de

¹⁷ Cf. Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império*, Afrontamento, Porto, 1993, Parte I, cap. 2 e Parte VI, cap. 1; Jorge PEDREIRA, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil, 1780-1830*, Difel, Lisboa, 1994, cap. V.

¹⁸ Valentim ALEXANDRE, «Ruptura e Estruturação de um Novo Império», in Francisco Bethencourt e Kirti CHAUDHURI, *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p. 17.

¹⁹ Lúcio de Azevedo, *A Evolução do Sebastianismo*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1947, pp. 108-113.

²⁰ Citado in Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império*, p. 408.

²¹ Pontos desenvolvidos in *ibidem*, pp. 407-411.

²² Cf. Ana Cristina Nogueira da SILVA e António Manuel HESPANHA, «A identidade portuguesa», in José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p. 33, e obras aí referidas.

ouro da vida nacional, com o seu ponto culminante nas Descobertas, a uma segunda fase, que dão geralmente como iniciada no reinado de D. João III (ou, mais raramente, já um pouco antes), prolongando-se pelos séculos seguintes, até princípios de Oitocentos, apesar da remissão parcial ocorrida – na maioria das versões – no período pombalino. Na generalidade desses mesmos textos, reaparecem-nos as explicações clássicas que iam buscar a origem dessa decadência às consequências das próprias «conquistas» – à «*corrupção dos antigos costumes*» provocada pelo afluxo das riquezas do ultramar, ao despovoamento do reino inerente aos Descobrimentos e à crise da agricultura que dele teria resultado. Eram os factores mais geralmente indicados para as dificuldades do país, já desde o século XVI; e eram também as causas invocadas pelos autores gregos e latinos para o declínio das próprias sociedades²³.

Mas os ideólogos do liberalismo nascente – Rocha Loureiro, Liberato Freire de Carvalho e Solano Constâncio, entre outros – introduzem nas teorias da decadência portuguesa um elemento novo, na denúncia que fazem do absolutismo como causa última do declínio de Portugal. Nestes casos, tais teorias funcionam como arma ideológica, fundamentando o ataque às instituições vigentes. Deles está ausente qualquer ideia de incapacidade da nação, congénita ou adquirida: o país não decaía porque lhe faltasse o vigor, mas por má direcção e conformação institucional – tal é a mensagem que se procura transmitir, abrindo o caminho a uma ideologia de «*regeneração*» nacional, fundada na exigência de mutações mais ou menos profundas na política e na economia portuguesas (reformando o império, como se pretende numa primeira fase, até 1816; ou entrando em ruptura com o Brasil, se tal se mostrasse necessário para a defesa dos interesses especificamente portugueses)²⁴. Neste tipo de discurso, o pólo positivo predomina largamente sobre o negativo.

A revolução de Agosto de 1820 exprime, no plano político, esta necessidade de afirmação nacional em que os ideólogos do liberalismo vinham insistindo. O ponto de união das diversas correntes do vintismo está na vontade de pôr termo à subordinação de Portugal ao Brasil (e, acessoriamente, de eliminar a influência dos militares britânicos no governo do reino, em particular do general Beresford). Mais incerta era a via a trilhar para consumir essa ruptura – havendo quem preconizasse a mudança de dinastia (passando a Coroa para a casa de Cadaval) e quem desejasse a união ibérica. Como se sabe, o caminho seguido foi outro, procurando conservar-se a unidade do império, recentrando-o de novo, tanto no campo político como no económico, na antiga metrópole. O regresso do rei, em Abril-Junho de 1821, parecia marcar o triunfo desta política. Nos meses seguintes, as Cortes vão empenhar-se na reformulação do sistema luso-brasileiro, a partir de uma perspectiva de integração nacional – a de uma nação una, abrangendo todos os territórios da Coroa, nos vários con-

²³ Seguimos de perto o que escrevemos em *Os Sentidos do Império*, p. 414. Para um tratamento mais alargado do mesmo tema, cf. pp. 411-440 da mesma obra, e textos aí citados.

²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 420 e sgs.

tinentes, de que o reino de Portugal seria a matriz e o centro²⁵. O movimento autonomista no Brasil depressa pôs em causa estes propósitos, culminando com a declaração de independência, a 7 de Setembro de 1822. Só três anos depois – após várias tentativas para inverter o curso dos acontecimentos, incluindo pelo uso da força militar²⁶ –, essa independência foi reconhecida por Portugal, através do tratado luso-brasileiro de 29 de Agosto de 1825 (negociado por mediação britânica), recebido no reino com «luto e tristeza», um «desgosto [...] tão geral e tamanho que se não pode explicar»²⁷.

Esta evolução suscitou um intenso debate sobre «os destinos futuros de Portugal»²⁸. Dos textos que versaram este tema na imprensa na época, ressalta um sentimento generalizado: o da fragilidade e mesmo da inviabilidade do país, uma vez despojado do Brasil e entregue a si próprio. Tal sentimento aparece claramente expresso em Freire de Carvalho – segundo o qual a existência de Portugal como «país independente» seria «inadmissível, porque, ainda quando pudesse realizar essa independência, seria ele sempre nominal; pois que por sua composição e forças, comparativamente pequenas, seria constantemente um boneco ou em mãos de um protector, ou de um rival»²⁹. Como solução, lembrava-se por vezes a união ibérica, mas vendo nela «um último acto de apurada desesperação», nas palavras do mesmo Freire de Carvalho³⁰.

Desde muito cedo, ainda com a questão brasileira em aberto, outra hipótese emergiu, em muitos textos, como via a seguir para assegurar a sobrevivência da nação portuguesa: a de compensar em África a perda do território americano, construindo um novo império nas «possessões fertilíssimas» do continente negro³¹.

Esta crença em que as possessões que a Portugal restavam, sobretudo as de África, encerravam grandes riquezas, pela fertilidade do seu solo e pelos tesouros das suas minas, terá um largo curso nas décadas seguintes, durante o constitucionalismo monárquico, sendo um dos pilares ideológicos do novo projecto imperial. «Milhares de vezes se tem dito que o nosso Ultramar é de muitíssima importância» – escrevia-se no jornal *Nacional* de 17 de Novembro de 1838 – «que deles [...] nos podem vir grandes vantagens, que é preciso ter por ele a maior consideração; tudo isto tem sido tão repetido, que já não parece senão um lugar-comum: entretanto é necessário não deixar de o dizer continuamente».

Essa era, no entanto, uma ideia mítica. Na realidade, após a independência do Brasil, não ficaram sob o domínio português mais do que alguns pequenos territórios dispersos pelo mundo, restos dos antigos sistemas imperiais, que, em começos do segundo quartel de Oitocentos, mantinham muito escassas relações com a metrópole. A própria soberania que sobre eles Portugal detinha pouco mais era do que

²⁵ Idem, *ibidem*, Parte V, cap. 3; e *História da Expansão Portuguesa* citada, pp. 31-36.

²⁶ *Os Sentidos do Império*, pp. 753-764; e Valentim ALEXANDRE, *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Afrontamento, Porto, pp. 35-53.

²⁷ Expressão dos jornais *Trombeta Final* e *O Popular*, in *Velho Brasil-Novas Áfricas*, pp. 53-54.

²⁸ Título de um artigo de Liberato Freire de CARVALHO, in *Os Sentidos do Império*, pp. 459-463; cf. tb. pp. 646-660.

²⁹ Citado in *ibidem*, p. 459.

³⁰ Citado in *ibidem*, p. 462.

³¹ *Ibidem*, pp. 656-659.

nominal (e só muito lentamente se afirmará, ao longo do século), estando o seu governo entregue de facto aos estratos dominantes locais. As colónias de África, que não passavam então de pequenos enclaves, continuavam sobretudo ligadas economicamente às Américas pelo tráfico negreiro; e as do Oriente tendiam a inserir-se nas redes mercantis do Índico. Por outro lado, valorizar as possessões supunha um vasto esforço de investimento, que a metrópole, carecida de capitais para o seu próprio desenvolvimento, não tinha de toda a evidência capacidade para fazer. Os projectos imperiais – nomeadamente, os de Sá da Bandeira – foram sempre gravemente cerceados pela falta de recursos e pela resistência das Cortes a conceder verbas para o ultramar, para além da satisfação das despesas correntes. Por seu turno, os capitais privados só em muito raras ocasiões se dispuseram a tomar o caminho das possessões: era mais seguro investir no reino, sobretudo em títulos da dívida pública, do que apostar em empresas de lucro incerto e a longo prazo.

Em geral, as elites portuguesas consideravam a conservação das colónias, e de cada uma das suas parcelas, como um imperativo histórico: elas seriam, não apenas o testemunho das grandezas passadas do país, mas um elemento essencial da imagem que este fazia de si próprio e do seu destino como nação evangelizadora e civilizadora, desde o tempo das Descobertas.

O Ultimatum inglês de 1890

A 11 de Janeiro de 1890, uma nota inglesa dirigida ao Governo de Lisboa cominava o Estado português a retirar todas as suas forças então presentes no Chire (Zambézia), no país dos Macololos e no território dos Mashona, sob pena de ruptura das relações diplomáticas. Tratava-se, antes de mais, de forçar a retirada da expedição que, sob o comando de Serpa Pinto, subia o rio Chire, em direcção ao lago Niassa. Mas a nota inglesa visava igualmente um objectivo mais vasto – o de paralisar a acção de várias outras expedições portuguesas ao interior do continente, determinadas em 1888 pelo governo de Lisboa num plano secreto (mas conhecido pelo de Londres através de um espião). Deste modo, a Inglaterra punha fim ao projecto, afirmado em Portugal sobretudo após a Conferência de Berlim (1884-1885), de ocupar um vasto domínio na África Central, unindo por uma faixa contínua os territórios de Angola e de Moçambique, como ficara expresso no «*mapa cor-de-rosa*», anexo ao acordo luso-francês de 1886 e publicado no ano seguinte.

Sob a ameaça do corte de relações diplomáticas e de eventuais represálias militares britânicas, o governo português cedeu nessa mesma noite, aceitando remeter ordens para a retirada das expedições, embora reservasse o direito de recorrer a uma arbitragem internacional.

O ultimatum provocou em Portugal um enorme sobressalto, que se prolongou por vários meses, sacudindo a população urbana do país. Logo no dia 12 de Janeiro, a

agitação tomou conta das ruas da baixa de Lisboa, percorridas por uma manifestação espontânea em que foram hostilizados os políticos e os jornais governamentais e vitorizados os da oposição regeneradora e os republicanos, por entre vivas à pátria e ao exército e morras à Inglaterra. Outras se fizeram nas semanas seguintes, em Lisboa – onde se cobriu de crepes a estátua de Camões –, Porto e Coimbra, nestas duas últimas cidades por impulso das academias estudantis. Reprimidas pelo governo progressista (que sucedera ao regenerador, caído a 12 de Janeiro), as manifestações ganharam um novo fôlego após a assinatura do tratado luso-britânico de 20 de Agosto de 1890. Atacado por todos os quadrantes, frouxamente defendido pelo partido no poder, o acordo não obteve a ratificação, uma vez apresentado ao parlamento, a 16 de Setembro, de novo com grande agitação nas ruas de Lisboa.

Mas o movimento decaiu nos meses seguintes. A 31 de Janeiro, a tentativa revolucionária promovida por alguns sectores do partido republicano, rapidamente abortada, foi já contra a corrente. Finalmente, um novo tratado, assinado a 11 de Junho de 1891, não suscitou reacções significativas, apesar de não melhorar em nada de essencial a posição portuguesa, em relação ao concluído – e rejeitado – no ano anterior.

Mau grado este fim inglório, parece evidente que, nos meses aqui brevemente referidos, um «*sentimento vivo e forte*» atravessara a sociedade portuguesa, tomando embora por vezes uma «*expressão despropositada*» – para utilizar as palavras de Eça de Queiroz, em carta por essa altura dirigida a Oliveira Martins. Apesar de falhada, ou talvez por isso mesmo, a vaga nacionalista de 1890 teve um forte impacto na vida política e ideológica do país, deixando traços profundos na sua memória colectiva, tal como foi construída e transmitida pela geração que a viveu³².

Um dos elementos nucleares dessa memória está na ideia de que Portugal foi em 1890 espoliado de uma grande parte das suas possessões africanas pela sua velha aliada, a Inglaterra. Na perspectiva mais corrente entre as elites nacionais, o domínio português deveria estender-se a grande parte da África Central (abrangendo, para além do baixo Congo, toda a zona que fica entre os paralelos que, na costa, tocavam os pontos extremos de Angola e de Moçambique, a sul e a norte), que lhe caberia por direitos históricos, provenientes das Descobertas e das viagens realizadas no interior do continente africano, nos séculos XVII e XVIII: nos contactos com os «*povos bárbaros*», o que deveria prevalecer seria «*o título de aquisição, do descobrimento e primeira ocupação, de conquista, de cedência, de compra ou troca, de doação [...], títulos reconhecidos das aquisições coloniais*»³³. Era uma concepção patrimonialista, que dispensava a posse efectiva, bem como qualquer manifestação do propósito de desenvolver os territórios e de integrar as respectivas populações.

³² Seguimos de perto, nos parágrafos anteriores, o resumo da crise do *ultimatum* que fizemos em *Velho Brasil, Novas Africas*, pp. 147-149. Para uma análise mais pormenorizada, cf. o nosso texto na *História da Expansão Portuguesa* citada, vol. IV, pp. 129-132. Numa perspectiva diferente, cf. Nuno Severiano TEIXEIRA, *O 'Ultimatum' Inglês, Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Alfa, Lisboa, 1990.

³³ Martens FERRÃO, *Diário da Câmara dos Pares*, 15-1-1879, pp. 79-80.

Mais importante ainda, nessa memória colectiva, do que a suposta amputação do império era o sentimento de humilhação resultante das imposições britânicas e da incapacidade para lhes resistir. Na visão dominante (como escrevemos noutro texto), «a nação portuguesa não era apenas espoliada dos seus territórios africanos: via-lhe ser também negada a qualidade de nação europeia de pleno direito, capaz de “civilizar” os povos “atrasados” – o que atingia o próprio cerne de uma identidade construída em torno das Descobertas, como momento fundador da missão de Portugal no mundo. Não estavam por isso apenas em causa as colónias: era também o estatuto do país no concerto das nações que se decidia (um ponto a que eram sensíveis mesmo os articulistas mais cépticos sobre o futuro do império – caso por exemplo de Rodrigues de Freitas)»³⁴.

Ao sentimento de humilhação juntava-se o de vitimização, que, vindo já de longe (como a ideia de decadência, retomada e trabalhada pela geração de 70), ganhara corpo desde meados de década precedente, alimentado pela sensação de abandono resultante do isolamento de Portugal na Conferência de Berlim e pela consternação provocada pela imagem extremamente negativa propagada no estrangeiro sobre o sistema colonial luso, em violento contraste com a ideia que o país fazia de si próprio e da sua missão civilizadora. «O que víamos nós na imprensa por toda a parte?!» – perguntava-se Carlos Bocage (apenas um exemplo, entre muitos outros que poderíamos citar) – «A calúnia constante, as acusações mais loucas, as mais imerecidas; quem as lesse não via em Portugal senão uma horda de selvagens, e nas nossas colónias um bando de malfeitores que se lançavam sobre o comércio de todo o mundo procurando roubá-lo e arrancar-lhe violentamente tudo quanto podia; a mais profunda inépcia na nossa administração, um sistema bárbaro e impossível de alfândegas; os nossos descobridores nada haviam feito; a nossa influência em África, desconhecida; eis o que eles diziam, eis o que dizia Stanley [explorador ao serviço do rei Leopoldo da Bélgica], fazendo-o ao mesmo tempo espalhar em todos os jornais do mundo»³⁵.

Por sua vez, os sentimentos de humilhação e de vitimização contribuíam para a emergência, no último quartel de Oitocentos, de formas radicais de nacionalismo imperial, que ganharam progressivamente uma base popular. São estas pulsões nacionalistas, acumuladas desde finais da década de 1870, por força de pressões e de «desconsiderações» externas, verdadeiras ou supostas, que explodem por altura do ultimatum.

O sobressalto que então sacudiu o país contribuiu decisivamente para a sacralização do império na opinião pública portuguesa, que perdurará nas décadas seguintes (com raras vozes discordantes); e deu o impulso necessário para o esforço de ocupação efectiva dos territórios coloniais, que então teve o seu início, só ficando concluído, no essencial, em finais da 1.ª Guerra Mundial. No imediato, a vitória conseguida em 1895 sobre Gungunhana, soberano dos «Vátuas» (temidos pela sua tradição guerreira), no sul de Moçambique, serviu de bálsamo à ferida narcísica provocada pelo

³⁴ História da Expansão Portuguesa citada, p. 126.

³⁵ Diário da Câmara dos Deputados, 10-6-1885, p. 2203.

ultimatum: num ambiente de efervescência patriótica, o rei vencido foi passeado pelas ruas de Lisboa³⁶; e as tropas expedicionárias foram recebidas em triunfo pelas suas cidades e vilas de origem.

Uma vez mais, a crise encontrava a sua solução, ao menos aparente, na reafirmação do destino imperial da nação portuguesa.

O Estado Novo e a Resistência à Descolonização

Contrariamente à opinião que se impôs na época e se enraizou – até hoje – na memória colectiva, o *ultimatum* de 1890 não espoliou Portugal de um imenso território, obrigando-o a retirar-se de regiões sobre que teria exercido uma soberania incontestável. Na sequência do tratado luso-britânico de 11 de Junho de 1891 e das demarcações feitas na sua sequência, ficaram sob o domínio português extensas áreas do continente africano, nomeadamente as colónias de Angola e de Moçambique, com fronteiras internacionalmente reconhecidas, muito para além dos pequenos enclaves até então ocupados. Tratava-se, não de um desastre similar ao ocorrido com a Espanha em 1898, mas da consolidação de um novo império (sendo por isso improcedentes as tentativas por vezes feitas para aproximar as duas trajectórias ibéricas, neste período e sobre esta questão).

Formalmente consolidado, o sistema colonial português sofria de uma vulnerabilidade estrutural – a sua dependência de uma metrópole pobre, sem recursos financeiros e sem poder político no contexto internacional. Tradicionalmente, o apoio proporcionado pela aliança inglesa supria essa vulnerabilidade, desde o século XVII. A partir de finais de Oitocentos, a situação era outra, e mais difícil: por um lado, porque se alargara o fosso entre as economias mais avançadas e a de Portugal, que não acompanhara o desenvolvimento da Revolução Industrial, contando-se entre as mais atrasadas da Europa; por outro lado, porque para a Inglaterra, em começos do século XX, o interesse na aliança foi diminuindo progressivamente, na mesma medida em que melhoravam as relações entre Londres e Madrid. Para mais, as negociações anglo-alemãs de 1898 e de 1912-1913 – ambas secretas, mas de que sempre algo filtrava para as outras chancelarias e mesmo para a opinião pública –, visando a partilha do império luso, faziam crescer os sentimentos de insegurança e de vitimização em Portugal.

A conjuntura nascida da Grande Guerra reforçou ainda o carácter anacrónico que marca o império português em África, desde a sua formação. Na Sociedade das Nações, criada no decurso da Conferência de Paz de 1919, foi ganhando peso a ideia de que a colonização deveria ter como objectivos prioritários o benefício dos povos

³⁶ Cf. Maria da Graça BRETES, «Arqueologia de um Mito – A Derrota do Gungunhana e a sua Chegada a Lisboa», in *Penélope*, n. 2, Fevereiro de 1989, pp. 75-95.

autóctones e o desenvolvimento dos respectivos territórios, em prol de toda a comunidade internacional. Aplicáveis directamente apenas às regiões sob mandato (antigas colónias das potências vencidas, entregues à tutela dos países mandatários), estes princípios eram potencialmente invocáveis em relação às colónias em geral. Tornava-se cada vez mais claro que o simples direito de conquista – para não falar já no de descoberta – não bastaria doravante para legitimar o domínio colonial.

Tomando consciência desta nova situação, o Estado português fez um esforço de modernização do império, nomeadamente em Angola e em Moçambique, com a criação, em 1921, da figura dos Altos Comissários, providos de vastos poderes. Mas tal esforço fracassou rapidamente, por várias razões, entre elas avultando, mais uma vez, a falta de meios financeiros necessários a uma empresa de tal envergadura. No essencial, mantiveram-se as formas arcaicas de exploração, baseadas no trabalho forçado, próximas da escravatura, de longa tradição, e por isso mesmo difíceis de erradicar. A falência desta política fez renascer em Portugal a inquietação sobre o futuro colonial do país, renovando-se os temores de uma partilha do império pelas grandes potências. A vinda a lume, em 1925, do relatório do sociólogo americano Edward Ross, no qual se denunciavam os procedimentos das autoridades angolanas e moçambicanas em relação aos «indígenas», acreditou-se em Lisboa numa vasta conspiração internacional para esbulhar o país da sua «herança sagrada», expressão da sua missão no mundo. De tudo isto resultou uma crise colonial, que foi um dos contributos decisivos da queda da 1.^a República, em 1926³⁷.

Com a Ditadura Militar e o Estado Novo, passa-se oficialmente do discurso de incapacidade e de vitimização para um discurso eufórico, de reafirmação enfática do direito da «nação Portuguesa» de «possuir fora do continente europeu [...], por um imperativo categórico da história, pela sua acção ultramarina em descobertas e conquistas, e pela conjugação e harmonia dos esforços civilizadores das raças, o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência» – nas palavras de Salazar, que mais tarde referirá a «potencialidade colonial dos Portugueses, não improvisada em tempos recentes, mas radicada pelos séculos na alma da Nação», entre as «características dominantes do nosso nacionalismo»³⁸. Esta distinção entre o império português, vindo do fundo dos tempos, e os das outras potências europeias, resultado accidental da conjuntura internacional de finais de Oitocentos, terá um largo futuro na argumentação do Estado Novo. Do mesmo modo, salientava-se uma suposta aptidão especial do colono português – «exemplo de audácia fria, de desprezo pelo perigo, de indiferença pelo sofrimento, de sobriedade, de persistência no trabalho, de amor à terra» – e a sua capacidade única para lidar com os «indígenas», caracterizada por «uma infinita tolerância e piedade pelo que lhe é inferior na gente do sertão», acompanhadas pelo «desejo de a elevar, aproveitando as suas aptidões e abrindo a sua inteligência, sentimentos e actividade

³⁷ Valentim ALEXANDRE, *Velho Brasil, Novas Africas*, pp. 184-188 e 198-208.

³⁸ Oliveira SALAZAR, «Princípios Fundamentais da Revolução Política», 1930, in *Discursos*, vol. I, pp. 77-79; e «O Estado Novo Português na Evolução Política Europeia», 1934, in *ibidem*, pp. 335 e sgs.

[...]»³⁹. Partindo-se da ideia, tida então geralmente como incontestável, da superioridade da civilização europeia e, em muitos casos, da própria raça branca, acreditava-se na possibilidade de desenvolver e integrar parte das populações autóctones, colocadas sob tutela – um processo lento que, no entender do ministro Armindo Monteiro, principal arauto da «mística» do império, ocuparia várias gerações e duraria séculos⁴⁰.

Sobre esta base ideológica, o Estado Novo desencadeou nos anos trinta uma vasta campanha tendente à criação de uma mentalidade imperial em todo o povo português, quer através de realizações com impacto na opinião pública (conferências de Governadores coloniais, *Semanas Coloniais*, publicações diversas, exposições, culminando tudo na visita do Presidente da República aos territórios de África em 1938 e na *Exposição do Mundo Português* de 1940) quer por intermédio do sistema educativo, posto ao serviço da causa colonial em grau até então inigualado⁴¹.

Após a 2.^a Guerra Mundial, o império português parecia começar a cumprir o destino que assim lhe fora antecipado. É então que a economia colonial, beneficiando do aumento dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, conhece uma fase de crescimento significativo, que tem como exemplo mais relevante o *boom* do café em Angola; é então também – e em grande parte em sua consequência – que se dá pela primeira vez um fluxo importante de emigração da metrópole para os territórios do ultramar, criando núcleos consistentes de população branca em Angola e em Moçambique.

Na sua evolução económica, o império reflecte a que se verifica nesta fase na África negra em geral, embora com variantes e intensidades diversas, de zona para zona. No entanto, do ponto de vista político, o sistema colonial português é, mais do que nunca, um anacronismo, numa época em que, sobretudo nos casos francês e inglês, se procede a uma mutação de fundo nos métodos de exploração e nas formas de justificação do domínio imperial – com ênfase, não apenas no desenvolvimento económico e social, mas também na integração política das populações dominadas, que passava «pela africanização dos quadros administrativos e pela criação ou reformulação de instituições representativas de maioria negra, total ou parcialmente eleitos, com poderes executivos ou legislativos (e não simplesmente consultivos), através dos quais os Africanos iriam fazendo a aprendizagem da democracia e da gestão de um Estado moderno, em estreita colaboração com as antigas metrópoles»⁴².

As próprias características do regime salazarista impediam que se tentasse algo de semelhante no império português, onde continuaram a prevalecer as formas de

³⁹ Armindo MONTEIRO, *Os Portugueses na colonização contemporânea – nobreza colonial*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, pp. 19 e 6. O tema da aptidão especial do português para lidar com os «indígenas» vem já do século XIX (com antecedentes pontuais anteriores) e será retomado no lusotropicalismo de Gilberto Freyre.

⁴⁰ Armindo MONTEIRO, «A actual organização administrativa e os fins da colonização portuguesa», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n. 100, Outubro de 1933.

⁴¹ Seguimos de perto, nos dois últimos parágrafos, o que escrevemos em *Velho Brasil, Novas Africas*, pp. 188-189.

⁴² Valentim ALEXANDRE, «A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada», in Manuela FRANCO (coord.), *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp. 44-45.

controle administrativo das populações. A isto se somava a marginalização das elites crioulas (negros e mestiços de cultura luso-africana), que se iniciara em finais de Oitocentos, sendo depois sucessivamente reforçada tanto na 1.^a República como no Estado Novo⁴³. Neste quadro, a ideia de integração nacional, imposta pela revisão constitucional de 1951, com a transformação das colónias em «*províncias ultramarinas*», tem sobretudo uma função retórica, de justificação da soberania (como acontecera no século anterior, aquando da crise que precedeu a independência do Brasil), perante as pressões para descolonizar que começavam a fazer-se sentir no plano internacional. Por outro lado, no plano interno, a perspectiva da «*nação una*», abrangendo o ultramar, vinha ao encontro das reivindicações da oposição ao Estado Novo⁴⁴, pelo que tendia a alargar a base de apoio do regime nesta questão fundamental. Na verdade, quando a guerra colonial se iniciou, em 1961, existia entre as elites políticas portuguesas um largo consenso (de que, na altura, apenas o Partido Comunista Português se excluía) sobre a necessidade de defender o império, como garante da independência nacional e herança da idade de ouro das Descobertas. «*O peso do nacionalismo imperial, muito enraizado nas elites portuguesas e popularizado desde o último quartel do século XIX, continuava a fazer-se sentir*»⁴⁵. Serão necessários treze anos de guerra para lhe quebrar a força.

Conclusão

Após a descolonização de 1974-1975, seguiu-se um longo período de silêncio sobre o tema (entrecortado por uma ou outra rara reflexão), como muitas vezes acontece, após rupturas históricas graves. Só recentemente esse período de nojo teve fim: desde finais da década de 1990, multiplicaram-se as publicações sobre a guerra colonial e a retirada portuguesa, a tal ponto que René Pélissier – que minuciosa e infatigavelmente as tem vindo a recensar em sucessivos números da *Análise Social* – nos fala de uma «*vaga de testemunhos*», com «*centenas de títulos*»⁴⁶. Trata-se, por grande parte, de obras de antigos combatentes, que rememoram as suas experiências das campanhas militares coloniais, muitas vezes em edições de autor, vindas a lume em localidades de província, fora dos circuitos comerciais – no que o mesmo Pélissier vê justificadamente uma prova da «*expansão e [d]a profundidade do traumatismo*» *provocado pelo conflito*»⁴⁷. Menos numerosos, os textos de antigos funcionários coloniais ou de colonos (os «*retornados*» de 1975, por grande parte) dão também um contributo relevante sobre o modo como esses anos foram vividos.

⁴³ Valentim ALEXANDRE, *História da Expansão Portuguesa* citada, vol. IV, pp. 206-208.

⁴⁴ Cf. o manifesto de Norton de MATOS, *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, Lisboa, 1948, pp. 75-87.

⁴⁵ Cf. *op. cit.* na nota 42, p. 57.

⁴⁶ *Análise Social*, n.º 172, 2004, p. 646.

⁴⁷ *Análise Social*, n.º 177, 2005, p. 937.

Em geral, estes testemunhos, quando historicamente contextualizados, implícita ou explicitamente, remetem para o Estado Novo, seja ainda na defesa das suas teses seja na crítica ao regime e à sua política, tomados, neste último caso, como causas últimas da opressão colonial. Mesmo no campo académico, só raramente se vai mais além, procurando integrar a guerra e a descolonização num tempo mais longo. Ora, quando limitada ao Estado Novo, a análise crítica da questão colonial omite os elementos de continuidade que lhe estão subjacentes – e deixa intacta a narrativa identitária da nação portuguesa, fundada por grande parte na tradição imperial. Como nas páginas precedentes se sugere, os mitos e os traumas ligados ao império contribuíram decisivamente para conferir a essa narrativa um carácter bipolar, em que se sucedem e muitas vezes se sobrepõem a crença num destino universal, numa missão a cumprir, e um sentimento de incapacidade e de decadência, acompanhado de uma sensação de vitimização (a que se acrescenta uma preocupação obsessiva com o reconhecimento externo e com o lugar do país na hierarquia das nações).

Esta perspectiva não é inteiramente nova. Recentemente, na área dos estudos culturais, Margarida Calafate Ribeiro, no seu livro *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*⁴⁸, constatando a «coexistência de dois tipos de discurso no imaginário colectivo português: um “discurso épico” e um “discurso de perdição”»⁴⁹, viu nela a consequência da «condição intermédia» do país, a «resultante de uma complexa tensão orgânica entre a nação e o seu império por um lado e, por outro lado, de uma multifacetada tensão entre Portugal e a Europa»⁵⁰. Nação imperial, mas simultaneamente «sociedade semiperiférica da região europeia do sistema mundial», Portugal tenderia a construir um «complexo de imagens [...] de “império como imaginação do centro”», que reflectiria «a condição pouco assumida, mas ansiosamente sentida [...] ora de Portugal como centro precário de um império, ora mesmo como periferia imperial, mas que através do império foi podendo imaginar-se como centro»⁵¹. Nesta análise, o conceito fundamental é o de semiperiferia, que a autora toma de Boaventura de Sousa Santos – na esteira, por sua vez, de Immanuel Wallerstein, que distingue entre semiperiferia, centro e periferia no seio da «economia-mundo» capitalista, criada a partir de meados do século XV⁵².

Em termos gerais, a nação abre decerto caminhos interessantes no estudo do caso português. Para o historiador, votado à análise de situações concretas, na sua especificidade, ela tem o inconveniente de agregar na mesma categoria teórica circunstâncias e relações muito diversas, no tempo e no espaço: poderá por isso constituir, no seu âmbito, um bom ponto de arranque da investigação, mas não a sua única ou mesmo a sua principal chave interpretativa.

⁴⁸ Afrontamento, Porto, 2004.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 29-30, citando Luís de Sousa Rebelo.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 29.

⁵¹ *Ibidem*, p. 13, citando Boaventura de Sousa Santos, e p. 130.

⁵² Cf. *O Sistema Mundial Moderno*, Afrontamento, 1990, Porto, vol. I, p. 68.

A partir de outra matriz conceptual, é também de bipolaridade que Eduardo Lourenço nos fala, em *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*⁵³, quando refere a «*conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade*», na forma como Portugal se vê a si próprio, reflectindo «*a consciência de uma congénita fraqueza e a convicção mágica de uma protecção absoluta*». «*Segundo as contingências da situação internacional ou mundial [...]*», apareceria «*ao de cima, um ou outro complexo, mas com mais constância os dois ao mesmo tempo, imagem inversa um do outro*»⁵⁴. Essa conjunção estaria na «*raiz*» da «*relação irrealista que mantemos connosco mesmos*», tendo como «*única função*» a de «*esconder de nós mesmos a nossa situação de ser histórico em estado de intrínseca fragilidade*»⁵⁵. Uma série de experiências «*traumáticas*», quase todas relacionadas directa ou indirectamente com a vida do império, terão contribuído para fomentar o sentimento de insegurança. Tudo isto tornaria necessária «*uma autêntica psicanálise do nosso comportamento global, um exame sem complacências que nos devolva ao nosso ser profundo ou para ele nos encaminhe ao arrancar-nos as máscaras que nós confundimos com o rosto verdadeiro*»⁵⁶.

Há um paralelismo evidente entre a análise de Eduardo Lourenço e a que esboçamos no presente texto, em particular no relevo dado às rupturas ou traumas imperiais. Neste ponto, somos-lhe tributário. Mas há também diferenças evidentes – desde logo, porque a Eduardo Lourenço não interessa a historiografia, mas apenas a filosofia da história. A sua fonte ou inspiração, neste âmbito, está ainda em Oliveira Martins, em cuja *História de Portugal* ele vê (ou pelo menos via, no tempo de *O Labirinto da Saudade*) a única «*remediação global do destino e do devir colectivo*»⁵⁷. Lourenço, como Martins – e como muitos outros, na esteira deste último, ao longo do século XX – tem como objectivo último a revelação da «*alma da nação*», do «*ser profundo*» de Portugal, da sua «*verdadeira*» essência e do seu destino. Toda esta metafísica da portugalidade nos é estranha: nesta busca desesperada de uma missão nacional, sempre por cumprir, estará precisamente uma das fontes do discurso bipolar.

Resta, para além da diferença de perspectivas, um terreno comum: a crítica do discurso identitário português, como expressão de uma memória colectiva ferida ou mesmo doente – por incapaz de fazer o trabalho de luto das rupturas e perdas da sua história e de com elas se reconciliar.

Decerto, a extensão das categorias da psicanálise ao domínio das relações interpessoais é em si problemática. Em sua defesa, Paul Ricoeur faz notar que tal extrapolação, que o próprio Freud aceitou e praticou, se justifica, em última análise, pela «*constituição bipolar da identidade pessoal e da identidade comunitária*»: poderia por isso «*falar-se, não apenas em sentido analógico mas em termos de análise directa, de traumatismos colectivos, de feridas da memória colectiva*»; e a «*noção de objecto perdido*» encontraria «*uma*

⁵³ Editora D.Quixote, Lisboa, 1978.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 21.

⁵⁵ *Ibidem*; itálicos no original.

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 19 e sgs. O passo citado é da p. 20.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 23; itálico no original.

aplicação directa nas “perdas” que afectam do mesmo modo o poder, o território, as populações que constituem a substância do Estado». A transposição das categorias freudianas à memória colectiva seria ainda facilitada por «certas reinterpretações da psicanálise próximas da hermenêutica», nas quais a psicanálise é reformulada em termos de transformações no campo simbólico⁵⁸. Permanece, entretanto, uma dificuldade, que o próprio Ricoeur reconhece: «a ausência de terapeutas reconhecidos nas relações inter-humanas»⁵⁹. Tal papel já foi reivindicado para o historiador: este seria «o médico da memória», cabendo-lhe «curar as feridas, verdadeiras feridas. Do mesmo modo que o médico deve actuar por forma independente das teorias médicas, porque o seu paciente está doente, também o historiador deve actuar, levado pela moral, para restaurar a memória de uma nação ou a da humanidade»⁶⁰. Mas é talvez demasiada ambição. Em geral, a memória colectiva mostra-se refractária a esta terapêutica, sobretudo em sociedades muito carregadas de história (como é o caso da judaica, especialmente em causa na citação anterior, e também, embora em menor grau, da portuguesa) – mas uma história fundada em tradições e em mitos, transmitidos de geração em geração, e não na investigação historiográfica. Como Yerushalmi sublinhou, «não há equivalência entre o sentido na história, a memória do passado e a escrita da história», não dependendo nem esse sentido nem essa memória, em última análise, do «género histórico». Por isso mesmo, a historiografia não deveria ser tomada como uma «tentativa para restaurar a memória», mas como um «género realmente novo de memória»⁶¹.

Quer isto dizer, entre outras coisas, que a modificação da narrativa identitária da sociedade portuguesa não está nas mãos dos historiadores. No espaço público de debate em que tudo se decide, cabe-lhes, não afirmar uma qualquer verdade indiscutível, mas propor um tipo de conhecimento fundado nas «operações específicas» da sua disciplina: «construção e tratamento de dados, produção de hipóteses, crítica e verificação dos resultados, validação da adequação entre o discurso do saber e o seu objecto»⁶².

No domínio particular de que aqui nos ocupámos – o da questão colonial –, a historiografia especializada tem vindo a construir-se, nos últimos trinta anos, em grande parte por contraposição aos mitos dominantes na memória colectiva, bem como às suas omissões, aos seus buracos negros (como o peso do tráfico de escravos, da escravatura e do trabalho forçado, para referir apenas os temas de maior relevo). Mas as suas conclusões transitam dificilmente para a história geral de Portugal, e daí para o ensino – passos essenciais para o exercício de qualquer influência na reformulação do discurso identitário nacional, tão necessária à adaptação do país a um sistema que se globaliza. Estarão aí, muito provavelmente, as linhas de resistência que os especialistas da questão colonial deverão procurar vencer.

⁵⁸ Paul RICOEUR, *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*, Seuil, Paris, 2000, pp. 94-97.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 50.

⁶⁰ Eugen ROSENSTOCK-HUESSY, *Out of Revolution*, citado in Paul RICOEUR, *ibidem*, p. 522. Tradução minha.

⁶¹ Zakhor YERUSHALMI, *Jewish History and Jewish Memory*, citado in Paul RICOEUR, *ibidem*, pp. 520-522. Tradução minha.

⁶² René CHARTIER, *Au bord de la falaise*, Albin Michel, Paris, 1998, p. 103. Tradução minha.